

LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2010

“CONCEDE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E AGENTES POLÍTICOS, REFERENTE AO PERÍODO 2009/2010, NA FORMA DO ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E MAIS UM AUMENTO REAL, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido como revisão geral das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais e agentes políticos, referente ao período de março de 2009 a fevereiro de 2010, o índice de 4,83%.

Parágrafo Primeiro – Além do índice previsto no *caput*, que corresponde à reposição inflacionária, fica concedido aos servidores públicos municipais o reajuste de 5,17 %, a título de aumento real.

Parágrafo Segundo - Consideram-se agentes políticos para os efeitos desta Lei, o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais, que farão *jus* apenas à revisão prevista no *caput* deste artigo.

Art. 2º - A revisão e o reajuste de que tratam a presente Lei, perfazendo o total de 10 %, aplicam-se aos servidores ativos, inativos e os pensionistas do Município, inclusive aos contratados temporariamente, os comissionados, os estagiários e também aqueles regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com a ressalva dos pensionistas e inativos que não contam com o direito à paridade.

Parágrafo Único – A revisão e o reajuste não incidirão sobre os valores estabelecidos a título de gratificação, ou pelo exercício de função, seja a que título for, salvo aqueles fixados em percentual que incidam sobre a base que será alcançada pelo reajuste ou revisão concedidos por esta Lei.

Art. 3º - O art. 24, *caput*, da Lei Complementar Nº 817/99 passa a vigorar com a redação a seguir, revogando-se os seus parágrafos:

“Art. 24 – A jornada de trabalho dos servidores do magistério e dos especialistas em educação será de até 40 (quarenta) horas semanais, podendo ser de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, nelas já incluídos o

período para estudo, planejamento e avaliação, que poderão ser concomitantes com as atividades em sala de aula.”

Parágrafo Único – A redução da carga horária de 25 horas para 20 horas semanais não implicará na redução da remuneração, que ficará mantida, adequando-se o correspondente anexo da Lei Complementar ora alterada.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01.03.2010.

Angelina, em 24 de Março de 2010.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal